

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

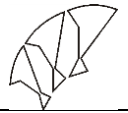


Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio de Nóbrega
AAEAA - Amparo	Luís Henrique Gueratto
ABCON	Jorge Carlos Amin
ABES-SP	Francisco José de Toledo Piza
AEJ	Jaime Ramiro
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Maria das Graças Martini
	Marco Antônio dos Santos
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação dos Atrativos de Salto	José Carlos Zambone
BIOS	p/ Paulo Henrique Pereira
CIESP – DR Santa Barbara	p/ Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP – DR Campinas	p/ Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP – DR Indaiatuba	Eliana Mattos
CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Limeira	p/ Roberto Mario Polga
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
DAE Americana	Romualdo José Kokol
DAEE	Luiz Roberto Moretti
FIESP	Paulo Roberto Dallari Soares
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar
IEF	p/ Paulo Henrique Pereira
IPSA	Waldemar Bóbbo
P.M. de Americana	Jonas Santarosa
P.M. de Bragança Paulista	Luís Natividade
P.M. de Cabreúva	p/ Rosimeire Rabelo Santos Timporim
P.M. de Camanducaia	André Vinicius Salgado Carbone
P.M. de Campinas	Rogério Menezes
P.M. de Capivari	José Luiz Cabral
P.M. de Cordeirópolis	Giovane Henrique Genezelli
P.M. de Dois Córregos	Luiz Adarlan Raimundo
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Well
P.M. de Indaiatuba	Reinaldo Nogueira Lopes Cruz
P.M. de Ipeúva	p/ Maria da Graça G. Vieira Favarin
P.M. de Itapeva	p/ Paulo Henrique Pereira
P.M. de Itu	p/ Regina F. Boni Valente
P.M. de Itupeva	p/ Márcia Sumagawa Oku
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Limeira	Alquermes Valvassori
P.M. de Pedreira	Carlos Evandro Pollo
	José Moretti Neto
P.M. de Piracicaba	Gabriel Ferrato dos Santos
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
P.M. de Salto	Juvenil Cirelli
P.M. de Valinhos	p/ Eduardo Augusto de Almeida Bottura
P.M. de Vargem	Michele Consolmagno
Rotary Internacional D- 4590	Luiz Antônio e Silva Brasi
SAA	Angelo César Bosqueiro
SABESP	Hélio Rubens Figueiredo
	Oswaldo de Oliveira Vieira
Secretaria de Desenvolvimento	Giovanni Dell'Isola Neto
Secretaria de Desenvolv. Social	Maria Aparecida Ribeiro Geremek
Secretaria da Educação	Fábio Augusto Negreiros
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima
Secretaria da Fazenda	Tabir Pirajá de Macedo Filho

SMA	Egberto da Fonseca Casazza
Secretaria de Planejamento	Gabriel Chamma Júnior
SINMEC	p/ Paulo Henrique Pereira
SR de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SR de Limeira	Nilton Piccin
SSRH	Luiz Roberto Moretti
	Leonildo Ednilson Urbano
UNICA	André Elia Neto
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
	Augusto Olavo Leite
IGAM	Renata Maria de Araujo

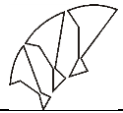
Aos 08 dias do mês de agosto de 2014, nas dependências do Centro de Convenções Aydil Pinesi Bonachella, em Indaiatuba/SP, realizou-se a 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; 5 PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 141 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários Presentes” e 10 público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito 15 Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL); Marco Antônio dos Santos (Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Vicente Andreu Guillo (Diretor-presidente da Agência Nacional de Águas); Reinaldo 20 Nogueira Lopes Cruz (Prefeito Municipal de Indaiatuba); Rogério Menezes (Secretário Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável da cidade de Campinas); Carlos Evandro Pollo (Prefeito Municipal de Pedreira); Rogério Nogueira (Deputado 25 Estadual); Sergio Razera (Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Leonildo Ednilson Urbano (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. 30 Moretti convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, o Sr. Moretti justificou a ausência do Sr. Jefferson Benedito Rennó (Presidente do CBH-PJ e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); do Sr. José Maria do Couto (Vice-presidente do CBH-PJ) e do Sr. Sidney José da Rosa (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PJ). **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** O Sr. Moretti, em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, 40 cumprimentou a todos e agradeceu a cessão do espaço, ao Sr. Reinaldo Nogueira, Prefeito de Indaiatuba, e informou que a presente reunião está sendo transmitida *on line*, pela internet. Após, passou a palavra aos membros da mesa para saudações iniciais



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

45 da reunião. O Prefeito de Indaiatuba, Sr. Reinaldo Nogueira, deu boas-vindas a todos, demonstrou satisfação em receber no município de Indaiatuba a reunião dos Comitês PCJ e destacou a importância das discussões da presente reunião para as Bacias PCJ, principalmente as discussões sobre o enquadramento dos corpos d'água nas Bacias PCJ. O Diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu Guillo, cumprimentou a todos e justificou a ausência da Dra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, transmitindo suas saudações e a preocupação com o período de estiagem nas Bacias PCJ. Externou, também, a preocupação sobre o tema na Agência Nacional de Águas, relatou os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão do Sistema Cantareira (GTAG-Cantareira) e as medidas que estão sendo tomadas. Ressaltou a importância da colaboração mútua de todos os atores na gestão de recursos hídricos para as Bacias PCJ. O Prefeito de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. Gabriel Ferrato, agradeceu a presença de todos e explicou sobre a importância dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, que nortearam os encaminhamentos dos assuntos em debate na presente reunião. O Sr. Gabriel Ferrato passou a palavra ao Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, para a condução dos trabalhos. O Sr. Moretti deu início aos trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. Na sequência, o Sr. Moretti, com a autorização do Sr. Gabriel Ferrato (Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), informou que foi protocolado na data de 07/08/2014, na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, ofício do Ministério Público do Estado de São Paulo - Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente (GAEMA), destinado aos Presidentes dos Comitês PCJ, comunicando a instauração de Inquérito Civil, com o objetivo de acompanhamento da apreciação para fins de aprovação ou não do Programa de Efetivação do Enquadramento das Bacias PCJ, visando a apuração da adequação dos estudos, propostas e ações para se atingir metas intermediárias obrigatórias e progressivas de enquadramento dos corpos d'água, bem como a inclusão de outros parâmetros de qualidade nos corpos de água das Bacias PCJ, e solicitando a retirada do item 6.6 da pauta, dos assuntos a deliberar, referente ao Programa de Efetivação do Enquadramento. Na sequência, o Sr. Gabriel Ferrato informou que já foram realizadas as tratativas iniciais sobre o tema com o GAEMA, na pessoa do Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, solicitando que o item de pauta fosse mantido devido à importância do tema, discutindo-se as recomendações do GAEMA, no decorrer da reunião. Após, dando prosseguimento à reunião, passou ao item 3. **Informes: 3.1. da Secretaria Executiva (SE):** O Sr. Moretti iniciou informando que por ocasião da

105 realização da XXXI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizada nos dias 9 e 10 de junho, em Brasília/DF, foi aprovada a proposta de atualização dos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), nos rios de domínio da União, conforme disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012, que passam a valer a partir da publicação da resolução no Diário Oficial da União. Estiveram presentes na reunião do CNRH o Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Gabriel Ferrato; o Vice-presidente do CBH-PCJ, Marco Antônio dos Santos; o representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil na CTCOB/CNRH, Luiz Antônio Carvalho e Silva Brasi; o Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ, Leonildo Ednilson Urbano e o Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, Sergio Razera. O Sr. Moretti informou que a Secretaria do Meio Ambiente de Extrema-MG realizará, no dia 29 de agosto de 2014, curso de Pagamento por Serviços Ambientais, no âmbito do projeto Conservador das Águas. As informações e inscrições para o curso estão disponíveis no site www.infobibos.com/psa e no site dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti informou que a Agência Nacional de Águas (ANA) está promovendo ação nas redes sociais para divulgar animações sobre água e gestão de recursos hídricos. Com linguagem simples e didática, os vídeos explicam como funcionam os comitês de bacia; o que é uma bacia hidrográfica; o que diz a Lei das Águas; como é feita a medição de chuvas e de vazões em rios, entre outros temas. O material atende aos mais diversos públicos, como: estudantes, professores, membros de comitês de bacias hidrográficas e qualquer pessoa interessada em aprender os caminhos que as águas percorrem antes de chegar às torneiras, irrigar as plantações, serem usadas pela indústria ou qualquer setor da economia. Maiores informações podem ser obtidas nos sites dos Comitês PCJ, da Agência das Bacias PCJ e da ANA. O Sr. Moretti informou que está disponível, no site dos Comitês PCJ, o Relatório do "Seminário de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo: Subsídios para revisão dos Planos de Bacias Hidrográficas - Relatório de Atividades", apresentando os principais pontos debatidos e os encaminhamentos acordados no evento. Entre eles, destaca-se a agenda de trabalho do grupo de trabalho formado pelos comitês de bacias, pelo CORHI e pela CRHi, instituído na ocasião. O Sr. Moretti ressaltou que se trata, portanto, de documento para acompanhamento da agenda ali estabelecida. O Sr. Moretti informou que será realizado nos dias 16 e 17 de agosto de 2014, no município de Amparo/SP, pelo Núcleo CAETÊ, curso "Teórico-Prático sobre Implantação de Viveiros e Produção de Mudas de Árvores Nativas Brasileiras", com o objetivo de capacitar para a produção viveirista, com um aprendizado de base teórica e prática, visando apoiar processos de planejamento e manutenção de um



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 165 viveiro de mudas. O Sr. Moretti informou que está disponível no site dos Comitês PCJ, o “Manual de Etiqueta: 13 coisas que você não sabia sobre água”, elaborado pelo "Planeta Sustentável" sobre a proteção e conservação dos recursos hídricos e convidou a
- 170 todos para acessar o manual. O Sr. Moretti informou que o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou, no dia 05/06/14, o Decreto nº 60.521, que "Institui o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de
- 175 Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, institui a unidade padrão Árvore-Equivalente e dá providências correlatas", apresentando o documento e informando que o mesmo está disponível no site dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti informou que
- 180 foi publicada a Portaria DAEE nº 1396, de 11/07/2014, que prorrogou até 31 de outubro de 2015, o prazo de vigência da Portaria DAEE nº 1213/04, a qual, em 6 de agosto de 2004, renovou, pelo prazo de 10 anos, a outorga de direito de uso do Sistema
- 185 Cantareira para a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, em virtude da situação excepcional de escassez hídrica, que resultou em vazões afluentes aos aproveitamentos do Sistema Cantareira em magnitudes inferiores às
- 190 mínimas já registradas anteriormente desde 1930, levando à utilização emergencial de volumes acumulados abaixo dos níveis mínimos operacionais de projeto, por meio de bombeamento suplementar. O Sr. Moretti informou que a Agência Nacional de
- 195 Águas (ANA), lançou o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (QUALÁGUA), que terá cerca de R\$ 15 milhões para instituições públicas que monitoram os aspectos qualitativos da água nos estados e no Distrito Federal.
- 200 O lançamento consta do Diário Oficial da União de 23 de julho. O QUALÁGUA busca promover a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Água (RNQA) e estimular a padronização – em escala nacional – dos métodos de
- 205 coleta das amostras, dos parâmetros verificados, da frequência das análises e da divulgação dos dados, que são importantes para diversos públicos, como: gestores públicos, pesquisadores, estudantes e empresas. A adesão ao programa é voluntária e cada
- 210 contrato terá duração de cinco anos. O Sr. Moretti informou que o projeto ambiental da Prefeitura de Extrema, “Conservador das Águas” recebeu o Prêmio Von Martius de Sustentabilidade, em ação realizada pela Câmara Brasil-Alemanha, durante o Congresso
- 215 Ecogerma, que é um dos eventos mais destacados do Brasil na área de meio ambiente, energia e infraestrutura. Desde sua primeira edição em 2009, conta com o apoio de mais de seis ministérios alemães e várias empresas associadas à Câmara Brasil-
- 220 Alemanha. A edição 2014 teve como tema central “Visions of the Future”. Após, o Sr. Gabriel Ferrato, Prefeito de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que entre nos dias 04 e 05 de agosto de 2014, foi realizado “Diálogo Urbano”
- 225 demoninado Arq.Futuro no município de Piracicaba, com o tema central de 2014, “A Cidade e a Água”, com uma série de debates envolvendo a participação não só de representantes dos municípios da região, mas também de especialistas brasileiros e estrangeiros.
- 230 O Sr. Gabriel informou que o município de Piracicaba conquistou, no mês julho de 2014, cem por cento de serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgotos urbanos. O Sr. Gabriel informou que foram assinados, no dia 23/07/2014, em seu gabinete, contratos para elaboração dos planos de combate às
- 235 perdas em 14 municípios das Bacias PCJ. Com um total de 315.401 mil habitantes beneficiados, os municípios terão seus planos elaborados em até 8 meses pelas empresas Novaes Engenharia e
- 240 Construções Ltda. com contrato no valor de R\$ 581.039,00 (quinhentos e oitenta e um mil, e trinta e nove reais) que atenderá os municípios de: Camanducaia, Extrema, Itapeva, Sapucaí-Mirim e Toledo, beneficiando em torno de 75.080 pessoas e a
- 245 RHS Controls – Recursos Hídricos e Saneamento Ltda. que responderá pelos municípios: Analândia, Ipeúna, Louveira, Rafard, Saltinho, São Pedro, Tuiuti, Valinhos e Bom Jesus dos Perdões com o valor do contrato estabelecido em R\$ 1.300.650,00 (um milhão, trezentos mil, seiscentos e cinquenta reais). A demanda da contratação dos planos de combate às
- 250 perdas ocorreu, também, em função de uma pesquisa realizada pela Agência PCJ com todos os municípios das Bacias PCJ, a fim de levantar quais desses
- 255 municípios não possuíam planos diretores para o combate às perdas em seus sistemas de abastecimento público de água. Após a compilação dos dados oriundos da pesquisa, foram computados 33 municípios nessa situação, sendo que 19 deles
- 260 possuem concessão com a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e 14 são das administrações, direta ou indireta, dos municípios. Diante disso, a Agência das Bacias PCJ realizou processo licitatório a fim de contratar empresas
- 265 especializadas para a elaboração desses planos diretores. Os presentes planos serão desenvolvidos conforme consta do Plano de Aplicação Plurianual, PAP-PCJ 2013-2016, cujos recursos advêm da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, informou que no dia 16/07/2014 foi assinado contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a empresa B&B Engenharia Ltda. para a realização de serviços de
- 270 engenharia visando à elaboração do estudo de alternativas e estudo de concepção para o sistema de afastamento e tratamento de esgotos dos distritos de Areias e Flores no município de Itapeva (MG). Essa contratação faz parte das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) aprovado pelos Comitês PCJ e que está sendo executado pela Agência das Bacias PCJ com recursos da cobrança federal. **3.3. dos Membros do Plenário:** O Sr. Moretti passou a
- 275 palavra ao Sr. Petrus Bartholomeus Well,



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

285 representante da Prefeitura Municipal de Holambra, que informou que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP e os Sindicatos Rurais em parceria com os Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, firmarão, em 18 de agosto, em Monte Mor, o Pacto pela Água, cujo documento propõe uma parceria entre as entidades no sentido de orientar os agricultores rurais sobre o uso da água durante o período de estiagem que estamos vivenciando nas Bacias PCJ em 2014. O Sr. Moretti comentou que, atrelado ao Pacto pela Água, está sendo programada uma oficina, para o início de setembro, sobre o Ato Declaratório do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE, visando o treinamento de preenchimento do Ato Declaratório, que é uma das atividades previstas no “PACTO PELA ÁGUA” Bacias PCJ. O Ato Declaratório é um instrumento legal definido na Portaria DAEE nº 1800/2013, onde são cadastrados os usos de recursos hídricos existentes, nos empreendimentos em áreas rurais como fazendas, sítios etc., permitindo que os usuários iniciem o processo para obtenção da outorga ou da dispensa de outorga de uso dos recursos hídricos. Este instrumento é destinado a usuários rurais, que utilizam recursos hídricos superficiais de domínio do Estado (captações/lançamentos de água em rios, córregos, barramentos etc.) ou subterrâneos (captações de água, através de poços), para fins de irrigação de culturas agrícolas, aquicultura, dessedentação de animais, usos sanitários, recreação ou paisagismo, em propriedades localizadas nas zonas rurais. Na sequência, o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, informou que o Consórcio PCJ, visando apoiar as atividades desenvolvidas na Operação de Estiagem PCJ – 2014, dos Comitês PCJ, concebeu o canal “Construindo Sustentabilidade” como uma terceira etapa do Projeto Casa Modelo com o objetivo de motivar a comunidade a atualizar os produtos e materiais em suas atuais e novas residências a fim de fomentar o uso racional de água e energia elétrica, além de sensibilizar a população quanto aos novos métodos de construção civil sustentável, despertando o interesse para moradias com qualidade de vida e ecologicamente corretas. **4. Apresentação de resumo dos trabalhos do GT-Estiagem 2014:** O Sr. Moretti lembrou que nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014, foi criado o Grupo de Trabalho para a instituição da “Operação de Estiagem PCJ – 2014”, no âmbito da CT-PL (GT-Estiagem 2014), que realizou até a presente data 7 reuniões, nas datas de 16/04/2014; 29/04/2014; 08/05/2014; 14/05/2014; 11/06/2014; 24/06/2014 e 16/07/2014, e consolidou Atividades Emergenciais Propostas para 2014, cuja descrição segue no material desta reunião, nas páginas de 04 a 08. Na sequência, o Sr. Moretti fez a leitura das atividades propostas pelo GT-Estiagem e comentou o seu andamento, conforme segue:

345 Atividade 1 - Elaborar slogan para a campanha de comunicação sobre a estiagem nas Bacias PCJ: a atividade 1 já está concluída com a proposta de slogan “Todos pela água: cuide e economize!”, que foi aprovado na 3ª Reunião Ordinária, no dia 11 de junho.

350 Atividade 2 - Elaborar publicação impressa, com versão em formato digital, contextualizando a estiagem nas Bacias PCJ: o foco da atividade é produzir material sobre a estiagem, em uma linguagem clara e de fácil entendimento pelos diversos públicos e encaminhar aos serviços de saneamento para que os mesmos disponibilizem à população da forma que lhes for mais adequada. A publicação está em fase de elaboração e será concluída nos próximos dias. Atividade 3 - Divulgar Semanalmente Documentos e Boletins sobre a estiagem nas Bacias PCJ: o objetivo da atividade é disponibilizar boletins contendo informações técnicas sobre a situação da estiagem nas Bacias PCJ e as medidas adotadas pelos órgãos outorgantes/licenciadores, pelo GTAG e pelos Comitês PCJ. O resumo com documentos e boletins disponibilizados pelos órgãos gestores e pela Sala de Situação PCJ, contendo informações técnicas sobre a situação da estiagem nas Bacias PCJ e as medidas adotadas pelos órgãos outorgantes/licenciadores, estão sendo encaminhados, todas as segundas-feiras, desde 02 de junho de 2014, e todos os documentos referidos, assim como a agenda de reuniões do GT-Estiagem e o acompanhamento das atividades, constam disponíveis no site dos Comitês PCJ, em espaço próprio. Atividade 4 - Elaborar materiais sobre a estiagem e a necessidade de uso consciente e racional da água para divulgação nas redes sociais: a ação integra a campanha de comunicação, com a elaboração e divulgação de materiais específicos, para as redes sociais, devido à facilidade de disseminação e ao compartilhamento de informações com a população, com os materiais sendo elaborados e postados às segundas e sextas-feiras, pela Agência das Bacias PCJ. Atividade 5 - Campanha publicitária educativa sobre a estiagem: a ação visa criar e produzir uma campanha publicitária sobre a estiagem para divulgação por meio das mídias de rádio e TV e os Termos de Referência para contratação de empresa especializada para criação e produção da campanha publicitária já estão sendo finalizados e será aberto processo licitatório para contratação, pela AGENCAMP, o mais breve possível. Atividade 6 - Orientação Técnica para as Redes de Ensino – Bacias PCJ: trata-se do desenvolvimento de material com orientações técnicas sobre a estiagem para os professores, das redes pública e particular, e informou que o mesmo foi elaborado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (CT-EA) e que foi realizado Encontro com as Diretorias de Ensino e Secretarias de Educação Municipais para capacitação na aplicação da Orientação Técnica no dia 30 de julho, em Jundá/SP. Atividade 7 - Políticas Públicas para Redução de Consumo: o objetivo da atividade é disponibilizar no site dos Comitês PCJ experiências sobre legislações



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 405 municipais que tratem de regulação, controle, fiscalização de usos indevidos da água tratada, dentre outros. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Leonildo Urbano, o qual informou que para cumprimento dessa ação foi criado no site dos
- 410 Comitês PCJ o espaço que permite a inserção de desses materiais. Porém, explanou que ainda não recebeu contribuições. Atividade 8 - Monitoramento do Sistema Cantareira: o objetivo da ação é solicitar, para inserção na Sala de Situação PCJ, os dados da
- 415 rede da CPFL de monitoramento dos rios das Bacias PCJ; inserir na Sala de Situação PCJ os dados telemétricos de usuários públicos e privados que os disponibilizem e a reativação e revisão de locação de postos da rede PCJ e inclusão de postos da Agência
- 420 Nacional de Águas (ANA). Para o atendimento das ações do item C, o Sr. Moretti informou que na 133ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) foi realizado contato com alguns usuários públicos e privados, que
- 425 têm dados telemétricos, para disponibilização dos mesmos, sendo que alguns dados já estão sendo recebidos e inseridos no site da Sala de Situação PCJ. Atividade 9 - Eventos Climáticos: a atividade, que foca na realização de evento no âmbito da Câmara
- 430 Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) com a participação do INPE-CPTEC e o INMET, por meio de palestra sobre existência de ferramentas e de previsões sobre eventos extremos, especificamente para as Bacias PCJ, foi realizada no dia 30 de junho, com palestra da Dra. Ariane Frassoni, do INPE-CPTEC. Atividade 10 - Planos de Contingência:
- 435 propõe a realização de workshop, para os diversos segmentos de usuários de recursos hídricos, visando à elaboração de planos de contingência para o período de estiagem que ocorre nas Bacias PCJ. No âmbito
- 440 dos municípios foi realizado seminário no dia 11/06/2014, no município de Campinas/SP. Para o setor industrial foi realizado seminário no dia 17/07/2014, no CIESP DR-Campinas, no município de Campinas. O seminário para orientação na
- 445 elaboração de planos de contingência no âmbito dos usos rurais está sendo discutido e programado entre a CT-Rural e os Sindicatos Rurais das Bacias PCJ. Será realizado no dia 18/08/2014, em Monte Mor, encontro para o lançamento do Pacto pela Água, conforme
- 450 mencionado no item informes. Atividade 11 – Operação de PCHs: a ação se faz importante para fazer a verificação da interferência efetiva das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nas vazões dos corpos d'água nas Bacias PCJ; bem como, estabelecer critérios de vazões para parada e início de operação dessas PCHs e paralisação de operações com variações bruscas de vazões. A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) comunicou que a atividade das
- 460 suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) está paralisada devido a vazões insuficientes para o funcionamento das mesmas. 12 - Sala de Situação PCJ: os Comitês PCJ fizeram sugestão de ampliação de funcionamento da Sala de Situação PCJ ao
- 465 Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), sendo que a mesma não foi aprovada devido às dificuldades operacionais de atendimento. 13 – Integração de ações: foram criados grupos de trabalho, no âmbito da CT-MH, denominados: GT-Atibaia; GT-Capivari; GT-Jaguari/Camanduva; GT-Jundiá e GT- Piracicaba-Corumbataí, para acompanhamento da situação e discussão e proposição de políticas e ações para enfrentamento da escassez hídrica, auxiliando, inclusive, na elaboração dos
- 475 Planos de Contingência. Até a presente data, dentre as reuniões ocorridas dos GTs, não houve consenso na definição de restrição das vazões de uso, e foi verificado que poucos municípios da região possuem planos de contingência voltados à questão da estiagem. Foi encaminhada solicitação aos órgãos
- 480 gestores para que instalem em suas unidades regionais grupos técnicos de apoio emergencial aos municípios e demais usuários. 14 – Desobstrução da calha do rio Atibainha: a atividade é de desobstrução do rio Atibainha, devido à dependência de vários municípios desse manancial, sendo que CT-MH, através de seu GT-Atibaia, realizará gestões para a contratação dos serviços propostos. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. Após os esclarecimentos das
- 490 dúvidas, o Plenário parabenizou o GT-Estiagem, pelos trabalhos que o mesmo vem desenvolvendo. **5. Apresentação da Atualização de Valores do PAP-PCJ 2013-2016**: O Sr. Moretti lembrou a todos que no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ, em seu 1º
- 495 Aditivo, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de 16/12/2011, foi previsto no Programa de Trabalho, no indicador Planejamento e Gestão, a elaboração de Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em consonância com o Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e que a Agência PCJ está realizando levantamento sobre outras fontes de financiamentos, além dos recursos distribuídos pelos Comitês PCJ, com o intuito de aplicar-se o PAP como instrumento
- 500 de planejamento de médio prazo, com ações relativas aos Programas de Duração Continuada (PDC), estabelecendo-se as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos Comitês PCJ ao longo de um período de quatro anos. Nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o
- 505 exercício 2013-2016, e deu outras providências, coube à Agência das Bacias PCJ, entre várias ações, elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas; contratar e acompanhar a execução das ações previstas, atualizando até o dia 31 de março de cada ano, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente, ficando delegado à
- 510 Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), entre outras ações, aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º daquela deliberação; desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos não ultrapassasse a



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 525 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016, e elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), até 30 de abril de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016. Diante do exposto,
- 530 o Sr. Moretti informou que, através do Ofício CT-PB nº 12/2014, datado de 25 de junho de 2014, a Coordenação da CT-PB informou que o assunto foi apreciado em sua 54ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 26/02/14, no município de Piracicaba – SP,
- 535 manifestando-se favorável à atualização de Valores do PAP-PCJ 2013/2016, apresentados pela Agência das Bacias PCJ. A CT-PL apreciou o assunto em sua 57ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04/07/2014, onde também manifestando-se de acordo à atualização de valores do PAP-PCJ 2013/2016, apresentados pela
- 540 Agência das Bacias PCJ. Após as explicações, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que realizou apresentação sobre a atualização de valores do PAP-PCJ 2013/2016, com a apresentação do
- 545 Relatório de Execução de 2013, ressaltando que em 2012, quando da aprovação do PAP-PCJ 2013/2016, foram realizadas estimativas de arrecadação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio federal, assim como para os rendimentos de aplicação financeira, ocorrendo uma receita menor que a estimada para 2013, em virtude da arrecadação com a cobrança e com os rendimentos financeiros que foram abaixo do previsto. Para a programação para
- 550 2014, o Sr. Sergio destacou as ações complementadas, cujos valores não ultrapassaram 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016: Enquadramento dos Corpos D'água e Plano de Bacias; Monitoramento Hidrológico, Sala de Situação e
- 560 Drenagem Urbana; Plano Diretor de Saneamento Básico; Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e Recomposição Florestal; Recuperação da Qualidade dos Corpos D'Água; Uso Racional dos Recursos Hídricos; Cadastro de Usuários; e Reservatórios.
- 565 Após, o Sr. Sergio apresentou o Relatório de Avaliação da Implementação do Plano de Bacias; ressaltou que foi feita uma análise dos investimentos das Cobranças PCJ e do FEHIDRO e dos valores calculados pelo plano para serem investidos em cada PDC. Na sequência, o Sr. Moretti abriu espaço para
- 570 manifestações dos membros, que sanaram dúvidas sobre as ações executadas. **6. Apresentação de resumo da aplicação dos recursos financeiros do FEHIDRO e Cobranças PCJ – orçamento 2014:** O Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora-Técnica da Agência PCJ, que informou que houve 37 projetos inscritos no período de 10 a 12 de fevereiro de 2014, atendendo o prazo disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº
- 580 189/2013. Ressaltou que no período de 13 de fevereiro a 14 de março ocorreram as análises de pré-qualificação dos empreendimentos candidatos a tomadores dos recursos FEHIDRO e Cobranças PCJ, exercício 2014, pela Agência das Bacias PCJ; órgãos licenciadores; órgãos outorgantes e pelas câmaras técnicas dos Comitês PCJ. Em 17 de março de 2014, foram publicados os resultados da pré-qualificação dos empreendimentos, totalizando 32 projetos, sendo 16 empreendimentos inscritos no PDC 3 e 16 empreendimentos inscritos no PDC 5. Para o PDC 1 não houve inscrições de empreendimentos. A Sra. Patrícia informou, ainda, que da avaliação dos empreendimentos deferidos (projetos e orçamentos) pela Agência das Bacias PCJ, que ocorreu de 01/05/2014 a 01/07/2014, resultou no deferimento de 27 empreendimentos e no indeferimento de 05 empreendimentos, tendo como principais motivos dos indeferimentos a ausência dos documentos de outorga de direito de uso ou intervenção em recursos hídricos, licenciamento ambiental (LP/LI/LO) e adequações no projeto. Ressaltou que não será possível o atendimento do percentual mínimo de 69%, definido na Deliberação dos Comitês PCJ nº 189/13, para aplicação dos recursos no PDC 3, tendo em vista a insuficiência de empreendimentos inscritos na modalidade “demanda espontânea”. Apresentou a situação dos 540 empreendimentos indicados para recebimento dos recursos FEHIDRO/Cobranças PCJ, dos exercícios de 1994 a 2013. A Sra. Patrícia forneceu informações sobre o quantitativo financeiro de desembolsos, dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ, junto aos tomadores de recursos das Cobranças PCJ e FEHIDRO e do fluxo financeiro na execução dos empreendimentos. **7. Assuntos a deliberar: 7.1. Ata da reunião realizada no dia 27/03/2014 nas dependências do Villa Flor Eventos, no município de Valinhos/SP:** O Sr. Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Valinhos /SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **7.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 201/14 que “Referenda Ato dos Presidentes dos Comitês PCJ”:** O Sr. Moretti lembrou que as deliberações *ad referendum* são discutidas e aprovadas em reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), em virtude da necessidade de atendimento das demandas dos Comitês PCJ, devendo as mesmas ser referendadas pelos Plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti detalhou a Deliberação dos Comitês PCJ *ad referendum* nº 200/14, de 09/05/2014, que constituiu a Comissão Eleitoral/2015 para as eleições no CBH-PCJ e no PCJ FEDERAL, para o mandato 2015/2017, informando sobre a então necessidade de constituição da Comissão Eleitoral para dar início à organização do processo eleitoral que ocorrerá em 2015. Ressaltou que a constituição da Comissão Eleitoral e apreciação da deliberação *ad referendum* em questão foi deliberada na 56ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no município de São Pedro/SP, em 09/05/2014. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr.



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 645 Moretti abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário e, não havendo, colocou a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 201/14 que “Referenda Ato dos Presidentes dos Comitês PCJ” em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **7.3.**
- 650 **Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 202/14, de 08/08/2014, que “Cancela indicação de empreendimento, financiado com recursos da Cobrança Federal PCJ, exercício de 2012 e dá outras providências”:** O Sr. Moretti lembrou que foi
- 655 indicado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 148/12, de 10/07/12, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, como demanda espontânea, no montante de R\$ 6.017.250,00
- 660 (seis milhões e dezessete mil e duzentos e cinquenta reais), o empreendimento “Aquisição de equipamentos para instalação de sistema de tratamento terciário para reúso e fins não-potáveis na estação de tratamento de esgoto ETE Toledos”, cujo tomador é o Departamento
- 665 de Água e Esgoto de Santa Bárbara d’Oeste – DAE/SBO. Informou que o DAE/SBO encaminhou, aos Comitês PCJ, Ofício nº 50/2014, datado de 14 de março de 2014, solicitando o cancelamento da indicação do empreendimento, tendo em vista que o
- 670 município de Santa Bárbara D’Oeste ficou responsável pela execução da parte civil do sistema de tratamento terciário para reúso e, como não dispunha de verba própria para esta obra, solicitou recursos financeiros junto ao PAC 2, obtendo resposta do
- 675 Ministério das Cidades que a União não tem apoiado a execução de obras com tecnologias inovadoras, que é o caso do empreendimento em questão, com utilização de membranas, sendo que a execução da parte civil ficou prejudicada, impossibilitando o efetivo
- 680 funcionamento do sistema proposto. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti informou que a proposta é que os recursos financeiros correspondentes aos empreendimentos acima referidos sejam acrescidos ao orçamento de 2014, para
- 685 distribuição pelos Comitês PCJ, após o cancelamento da indicação mencionada. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações, colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. **7.4.**
- 690 **Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 203/14, de 08/08/2014 que “Cancela indicação de empreendimento, financiado com recursos da Cobrança Federal PCJ, exercício de 2011, denominado “Contratação de Serviços**
- 695 **Especializados para Desenvolvimento do Projeto de Educação Ambiental: Ações Voltadas para a Gestão dos Recursos Hídricos no Município de Camanducaia e dá outras providências”:** O Sr. Moretti ressaltou que nos termos da Deliberação dos
- 700 Comitês PCJ nº 141/2012, de 30/03/2012, foi indicado para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, no montante de R\$ 329.859,90 com R\$ 36.651,10 de
- 705 contrapartida (data base - 2012), o empreendimento “Contratação de Serviços Especializados para Desenvolvimento do Projeto de Educação Ambiental ‘Ações Voltadas para a Gestão dos Recursos Hídricos no Município de Camanducaia’”, cujo tomador é a
- 710 Prefeitura Municipal de Camanducaia. O Sr. Moretti passou a palavra à Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência PCJ, que informou que a Agência PCJ celebrou contrato com a Prefeitura Municipal de Camanducaia a fim de
- 715 permitir o repasse dos recursos acima referidos para o objeto em questão, sob nº 02/12, de 30/04/2012, e que a Prefeitura Municipal de Camanducaia solicitou prorrogação de vigência do referido contrato, tendo em vista a necessidade de cancelamento do seu
- 720 contrato com a empresa Contatto Environmental Engenharia e Consultoria Ltda., contratada para executar o empreendimento e, posteriormente, realizar a abertura de nova licitação. Após, a Agência das Bacias PCJ solicitou à Prefeitura Municipal de
- 725 Camanducaia, a realização de prorrogação e o envio do distrato com a referida empresa, como forma de comprovar efetivamente os motivos do referido cancelamento. Acrescentou que a vigência deste contrato se encerrou em 30/04/14 e que desta forma, o
- 730 distrato deveria ter sido enviado à Agência das Bacias PCJ até, no máximo, dia 06/05/14, a fim de que o Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo fosse publicado no Diário Oficial da União até, no máximo, dia 08/05/14 (5º dia útil do mês subsequente à data de
- 735 vigência), fato este que não ocorreu e que impossibilitou qualquer ação sobre o mesmo. O Sr. Moretti informou que os recursos financeiros correspondentes aos empreendimentos serão acrescidos ao orçamento de 2014, para distribuição
- 740 pelos Comitês PCJ. Após a explanação, foi aberta a palavra aos plenários e, não havendo manifestações, a minuta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **7.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/14, de 08/08/2014: que**
- 745 **“Estabelece diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental, referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ”:** O Sr. Moretti lembrou que os
- 750 Comitês PCJ aprovaram a Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, de 28/06/2011, que reorganizou o GT-Empreendimentos, adequando sua composição, atribuições, funcionamento e o fluxo de análise de empreendimentos no âmbito dos Comitês PCJ.
- 755 Acrescentou que a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) propôs uma Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e ressaltou a importância da educação ambiental na mitigação dos impactos ambientais negativos gerados pelos empreendimentos nas Bacias PCJ, especialmente em relação aos
- 760 recursos hídricos, fazendo-se necessário estabelecer diretrizes para os programas de educação ambiental a serem apresentados por empreendedores, no âmbito do licenciamento ambiental, referentes aos



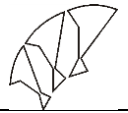
Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 765 empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, de 28/06/2011. Na sequência, o Sr. Moretti discorreu sobre a minuta de deliberação que está sendo apresentada, ressaltando que o programa de
- 770 educação ambiental proposto pelo empreendedor será submetido à análise da CT-EA, a qual poderá solicitar adequações; sendo que a manifestação favorável dos Comitês PCJ estará condicionada à aprovação do
- 775 referido programa pela CT-EA e que será sugerido ao órgão licenciador a apresentação, pelo empreendedor, de relatório de desenvolvimento do programa, que deverá ser aprovado pela CT-EA, como condicionante para a emissão ou renovação da Licença de Operação do empreendimento, devendo-se verificar se os
- 780 programas de educação ambiental estão sendo propostos com base na Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e no Plano das Bacias PCJ. Após as explanações, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros e, não havendo manifestações,
- 785 colocou a minuta de deliberação que estabelece diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ em votação, a qual foi
- 790 aprovada por unanimidade. **7.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/14, de 08/08/2014, que “Aprova calendário, Edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ, para o mandato 2015/2017, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti apresentou a minuta de deliberação nº 205/14 sobre o processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, pontuando as principais alterações propostas pelo GT-Eleições, definindo-se prazos,
- 800 normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos municípios, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis da área de atuação dos Comitês PCJ, de forma a se garantir a realização de processo integrado de eleição dos seus membros, conforme dispositivos constantes no Regimento Interno do PCJ FEDERAL e no Estatuto do CBH-PCJ. O Sr. Moretti lembrou que, conforme dispositivos constantes no Regimento
- 805 Interno do CBH-PJ, seus membros são eleitos para mandato de quatro anos, mantendo-se, portanto, a mesma composição estabelecida no processo eleitoral de 2013, para todos os segmentos, incluindo a participação no PCJ FEDERAL, conforme empossados por meio do Ato do Governador de Minas Gerais, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Seção Diário Executivo, Caderno 1, Edição de 27/03/13. O Sr. Moretti ressaltou que o local para obtenção da relação de documentos e
- 820 formulários para inscrição, recepção da documentação de inscrição, bem como as informações pertinentes ao processo eleitoral será a Fundação Agência das Bacias PCJ, através de seu sítio eletrônico e em suas dependências, em Piracicaba. Na sequência, o Sr.
- 825 Moretti informou que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) durante a sua 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/07/14, na Secretaria Municipal da Educação, no município de Rio Claro, onde foi elaborada uma
- 830 proposta de recomposição da Comissão Eleitoral 2015 dos Comitês PCJ, que está apresentada na folha 52 do material da presente reunião, composta pelos seguintes membros: Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, que será o seu coordenador; Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (Secretário-Executivo dos Comitês PCJ; Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ; Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PJ); do segmento setor “Usuários de Recursos Hídricos”: Associação
- 840 Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE; Sindicato Rural de Rio Claro; Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiaí; do segmento “Organizações Civis”: Titular: Rotary Internacional D- 4590 e
- 845 Suplente: Fórum das Américas; do segmento dos “Municípios”: Titular: Prefeitura Municipal de Vargem e Suplente: Prefeitura Municipal de Holambra; do segmento dos “Órgãos de Governo”: Titular: Secretaria de Estado de Agricultura e
- 850 Abastecimento – SAA e a suplente deverá ser eleita em plenário por não haver manifestação; do Segmento “Órgãos de Governo Federal”: Ministério da Integração Nacional. O Sr. Moretti ressaltou que se o Plenário concordar com a composição da Comissão
- 855 Eleitoral 2015, proposta pela CT-PL, seria necessária apenas a indicação do suplente do segmento dos “Órgãos de Governo”. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros, que aprovaram a composição proposta e indicaram a Secretaria de
- 860 Estado de Planejamento para ocupar a suplência mencionada. Após, o Sr. Moretti colocou a proposta da minuta de deliberação do processo eleitoral e da composição da Comissão Eleitoral em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **7.7 Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 206/14, de 08/08/2014, que: “Aprova complementação do conteúdo do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d’Água até o ano de 2035”:** O Sr. Moretti lembrou os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, que aprovou o “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d’Água até o ano de 2035”, após um processo
- 870 longo de estudos, discussões e audiências públicas. Explicou que o Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 é um instrumento que foi construído com base em um ferramental inovador e com subsídio de inúmeras discussões. O plano aprovado em 2010 trata de



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 885 propostas de metas intermediárias, além da final, e de
ações para efetivação do enquadramento, bem como
premissas para simulações; estratégia de priorização;
metas; investimentos necessários até 2020; cenários e
projeções até o ano de 2035. Ressaltou que o
890 programa para efetivação do enquadramento, agora
em análise, completará o programa de ações e
investimentos do plano de bacias, sendo as análises
desenvolvidas para o período de 2020 a 2035. Assim,
a Fundação Agência das Bacias PCJ contratou, no ano
895 de 2012, a empresa COBRAPE - Companhia
Brasileira de Projetos e Empreendimentos para
execução dos serviços de complementação do Plano
das Bacias PCJ 2010-2020, visando detalhamento,
orçamento e arranjo institucional para efetivação do
900 enquadramento nas Bacias PCJ, conforme Termo de
Referência discutido pelos Comitês PCJ. Após, passou
a palavra ao Sr. Gabriel Ferrato (Presidente do CBH-
PCJ e PCJ FEDERAL), o qual explicou que,
conforme já mencionado, foi protocolado na data de
905 07/08/2014, na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ,
ofício do Ministério Público do Estado de São Paulo -
Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente
(GAEMA), destinado aos Presidentes dos Comitês
PCJ, comunicando a instauração de Inquérito Civil nº
910 002/2014-9, com o objetivo de acompanhamento da
apreciação para fins de aprovação ou não do Programa
de Efetivação do Enquadramento das Bacias PCJ,
visando a apuração da adequação dos estudos,
propostas e ações para se atingir metas intermediárias
915 obrigatórias e progressivas de enquadramento dos
corpos d'água, bem como a inclusão de outros
parâmetros de qualidade dos corpos de água das
Bacias PCJ; assim, solicita a retirada do item 6.6 da
pauta, dos assuntos a deliberar, referente ao Programa
de Efetivação do Enquadramento. Acrescentou que a
920 Prefeitura Municipal de Indaiatuba, apresentou
através de Ofício G.P./263, datado de 05/08/2014,
solicitação para o reenquadramento da classe 4 para a
classe 3, do rio Jundiá, em trecho no qual pretende
925 instalar captação de água bruta para o abastecimento
de Indaiatuba, transformando este curso d'água em
manancial de abastecimento público, antecipando as
ações e metas para sua recuperação, beneficiando toda
a bacia do rio Jundiá e, por conseguinte, toda área das
930 Bacias PCJ em seu balanço hídrico. O Sr. Ferrato
informou, assim, que se o item 6.6 sair de discussão,
esse assunto de interesse de Indaiatuba também sairá,
o que agravará o abastecimento de água do município.
Desta forma, apresentou proposta para que se delibere
935 sobre o pedido da P. M de Indaiatuba separadamente
do programa de efetivação do enquadramento das
Bacias PCJ. Na sequência o Sr. Gabriel Ferrato,
passou a palavra ao Prefeito Municipal de Indaiatuba,
Reinaldo Nogueira, o qual informou que a
940 excepcionalidade do período de estiagem, que ocorre
nas Bacias PCJ, obrigou os usuários de recursos
hídricos, destacadamente os serviços de saneamento
dos municípios, a buscarem alternativas para a
manutenção do abastecimento de água às populações;
- 945 e, para o município de Indaiatuba, é de extrema
importância que seja efetivado o reenquadramento do
rio Jundiá, que vem tramitando a um período
considerável de tempo, especialmente no trecho
compreendido dentro do município até a foz do
950 Córrego Barnabé, no qual pretende instalar captação
de água bruta para o abastecimento do município.
Ressaltou que o SAAE Indaiatuba está, há dois anos,
analisando e monitorando a calha do Rio Jundiá,
juntamente com a CETESB, realizando análises nos
955 períodos de estiagem e chuvosos, visando encontrar
uma forma de demonstrar a possibilidade de
reenquadrar o trecho do rio Jundiá, onde se localiza a
cidade de Indaiatuba, que depende deste manancial
para atendimento das demandas hídricas do município,
960 e apresentou o Ofício 565/14, datado de 06/08/2014,
da CETESB – Agência Ambiental de Jundiá, o qual,
por sua vez, encaminhou ao SAAE de Indaiatuba a
Informação Técnica nº 062/14/CJJ, que trata de
“informações sobre a qualidade das águas do rio
965 Jundiá, como subsídio para o reenquadramento da
classe 4 para a classe 3”, concluindo sobre a
viabilidade técnica de uso das águas do rio Jundiá,
para abastecimento público após tratamento adequado,
no seu trecho no município de Indaiatuba até a foz do
970 córrego Barnabé. O Sr. Reinaldo Nogueira
complementou informando que o município de
Indaiatuba vem trabalhando intensivamente no
tratamento de esgoto e coleta, atingindo quase 100%
de coleta e tratamento no município. Comentou sobre
975 o acompanhamento da P. M. de Indaiatuba na
elaboração do plano de bacias, a prudência tomada na
decisão sobre os parâmetros utilizados, a qualidade e o
detalhamento de informações e dados apresentados no
plano de bacias. Na sequência solicitou para que seja
980 deliberado o reenquadramento do trecho mencionado,
na bacia do Rio Jundiá, evitando-se assim o colapso
hídrico do município de Indaiatuba. Após, o Sr.
Moretti abriu a palavra para manifestações dos
membros. A Dra. Dejanira de Franceschi de Angelis,
985 representante do IPSA, solicitou a palavra e externou
preocupação quanto aos parâmetros de avaliação de
qualidade de água da Bacia do Rio Jundiá, que
basearam-se na DBO e DQO, onde se constata
altíssima concentração da DQO. O Dr. Ivan Carneiro,
990 representante do GAEMA – PCJ- Piracicaba, solicitou
a palavra e informou que o GAEMA apresentou
solicitação e se posicionou contrariamente à
aprovação do Programa de Efetivação do
Enquadramento, posição endossada pela Federação
995 das Indústrias do Estado de São Paulo –FIESP, por
considerar existir um descompasso contratual entre o
que foi contrato (orçamento e arranjo institucional) e o
objetivo real do enquadramento; bem como por não
aceitar o Anexo da minuta proposta pela COBRAPE
1000 de alteração do Decreto estadual paulista nº 10.755/77,
e que não constou os conceitos de metas
intermediárias/obrigatórias e progressivas, previstas
no item 4.7 do Termos de Referência; no artigo 2º, §
1º da Resolução CNRH nº 91/08; no artigo 38, §§ 2º e



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 1005 3º da Resolução CONAMA nº 357/05; bem como no artigo 5º da Resolução CONAMA nº 430/11, constante somente a meta final para o ano de 2035; por considerar de extrema simplicidade a adoção dos parâmetros de qualidade analisados; desatualização de dados, sendo necessária a retificação do Plano de Bacias vigente. Ressaltou que o enquadramento condicionará renovações, ampliações e concessões de outorgas e licenciamento ambiental, não podendo ser utilizado dados desatualizados para estas demandas.
- 1010 Ainda, em relação ao Termo de Referência, considera que o mesmo determina a elaboração e encaminhamento de Programa de Efetivação do Enquadramento observando a integração das águas superficiais e subterrâneas e o cumprimento da legislação vigente, legislação esta que não está sendo cumprida, no entendimento do GAEMA, pois os únicos parâmetros levados em consideração são a DBO e o OD. Ainda, constatou-se que pelo Termo de Referência, deveria ser apresentada uma proposta de redação para alteração do Decreto Estadual Paulista nº 10.755/77, aprovando o Programa de Efetivação do Enquadramento, e que, se aprovada pelos Comitês PCJ, será submetida, na sequência, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH), ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH) e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Na sequência, o Sr. Ivan Carneiro informou que a recomendação do Ministério Público é que o assunto seja retirado de pauta, devido a ilegalidade patente do cumprimento do Termo de Referência e o não cumprimento das legislações vigentes, devendo-se fazer a complementação dos estudos do Programa de Efetivação do Enquadramento. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da P. M. de Holambra/SP, ressaltou que o importante para as Bacias PCJ é trabalhar para atingir as metas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, visando à recuperação dos corpos d'água, pois "decretar" a qualidade de um rio em classes, não faz com que a qualidade e quantidade de um corpo d'água se altere. O Sr. Domênico Tremaroli, representante da Cetesb-Jundiaí, informou que na Bacia do Rio Jundiaí, há anos, foi organizado um comitê visando à recuperação das águas da Bacias do Rio Jundiaí, na forma de arrecadação de recursos, associando os vários interesses, industrial e público, definindo as obras necessárias de infraestrutura e saneamento. Discorreu sobre as tratativas do tratamento e resultados alcançados com os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios, desde 1977; do sistema de monitoramento da calha do Rio Jundiaí e das análises físicas e químicas realizadas. Ressaltou que analisando e acompanhando todos esses parâmetros e informações, a CETESB se manifesta favorável à discussão do reenquadramento do rio Jundiaí, do trecho no município de Indaiatuba, até a foz do Córrego Barnabé, sem prejuízos da busca de outros resultados progressivos. O Sr. Hélio Rubens G. Figueiredo, representante da SABESP, solicitou a
- 1065 palavra e informou que através da implantação de sistemas de esgotamento sanitário, nos municípios de Itupeva, Várzea Paulista e Campo Limpo, a SABESP contribuiu para a melhoria de qualidade de água na Bacia do Rio Jundiaí, e que estes municípios são afetados por falta de alternativas de mananciais para abastecimento público. Ressaltou que a mudança da classe do rio Jundiaí, se ocorrer em seu trecho incluindo o município de Itupeva, da seção da foz do ribeirão São José até Indaiatuba, também beneficiará a SABESP, pois permitirá a captação de água para o reforço do abastecimento de Itupeva. Concluiu que a SABESP é favorável ao reenquadramento do trecho do Rio Jundiaí, no trecho compreendido entre a foz do Ribeirão São José e a foz do Córrego Barnabé. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, esclareceu que a Agência das Bacias PCJ, responsável pelo caráter técnico e administrativo da contratação do Programa de Efetivação do Enquadramento, tem a tranquilidade em afirmar que foram atendidas todas as atividades propostas no Termo de Referência para o programa em questão. Ressaltou que as definições relativas ao estabelecimento de metas intermediárias e final de enquadramento; assim como as diretrizes de planejamento, foram discutidas e aprovadas no processo de elaboração do "Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d'Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d'Água até o ano de 2035". Na sequência o Sr. Sergio Razera detalhou todo o processo da contratação e análise técnica do programa de efetivação do enquadramento, esclarecendo os apontamentos realizados pelo GAEMA. O Sr. Francisco Lahóz, representante do Consórcio PCJ, solicitou a palavra e ressaltou o período crítico de estiagem que as Bacias PCJ vêm vivenciando desde o início do ano de 2014, com os racionamentos instituídos em vários municípios das Bacias PCJ. Solicitou que Plenário aprove o reenquadramento do trecho do Rio Jundiaí compreendido entre a foz do Ribeirão São José e a foz do Córrego Barnabé, separado do Programa de Efetivação do Enquadramento. O Sr. Wagner Jorge Nogueira, representante da COBRAPE, lembrou a todos do sentido de se classificar os rios em classes e das propostas de enquadramento dos corpos d'água. Ressaltou que os estudos do programa de efetivação do enquadramento atenderam às legislações vigentes, sendo elaborados com vistas ao alcance ou manutenção das classes de qualidade de água pretendidas em conformidade com os cenários de curto, médio e longo prazos estabelecidos, onde as propostas de metas preparadas foram em função de um conjunto de parâmetros de qualidade da água e das vazões de referência definidas. Cientificou ao Plenário que, na ocasião da elaboração do Plano de Bacias, foram utilizados todos os dados de que se dispunha na época. Após as manifestações, o Sr. Gabriel Ferrato,



Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Indaiatuba/SP, em 08/08/2014

- 1125 solicitou ao Dr. Ivan Carneiro que se manifestasse sobre o encaminhamento da questão, conveniente ao Ministério Público. O Dr. Ivan Carneiro informou que a ideia é construir um consenso, que deverá passar pela discussão da ampliação dos parâmetros de análise, incluindo, no mínimo, Nitrogênio e Fósforo, e a reanálise das metas intermediárias, que deverá ser incluída nos estudos realizados, suspendendo a deliberação pelo plenário, na presente reunião, sendo submetido ao plenário após a obtenção desse consenso. Considerou oportuno que o GAEMA, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ, além de outros convidados, se reúnam e discutam, num curto período, todos os temas e tópicos apontados, avaliando-se se deverão ser acrescentados itens no contrato da COBRAPE, podendo-se discutir a possibilidade de uma nova licitação. Em relação ao reenquadramento do trecho do Rio Jundiáí, trecho compreendido entre a foz do Ribeirão São José e a foz do Córrego Barnabé, com a concordância do Dr. Geraldo Navarro Cabañas, do GAEMA- PCJ-Campinas, informou que o Ministério Público se abstém de manifestação. Na sequência o Sr. Moretti, com a autorização do Sr. Gabriel Ferrato, colocou em votação a suspensão da análise do Programa de Efetivação do Enquadramento, conforme proposto pelo Dr. Ivan, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência colocou em votação a proposta de aprovação do reenquadramento do trecho do Rio Jundiáí compreendido entre a foz do Ribeirão São José e a foz do Córrego Barnabé, de classe 4 para classe 3, a qual foi aprovada por unanimidade. Da mesma forma, como não havia uma minuta de deliberação elaborada, aprovou-se, por unanimidade, delegar ao Secretário-Executivo dos Comitês PCJ a elaboração do texto da deliberação dos Comitês PCJ no qual conste essa aprovação, para publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e para que seja encaminhada para apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo. **7. Encerramento:**
- 1130
- 1135
- 1140
- 1145
- 1150
- 1155
- 1160
- 1165 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL